

### Boletim Informativo – Setembro de 2015

Editorial

Prezados amigos e amigas do CEFEP,

*Chegou setembro. Já estamos preparando o sexto curso do CEFEP. Várias matrículas já circulam pelas nossas águas. Mas, o que está realmente em ebulição é o encontro da comemoração dos dez anos do nosso Centro. 2005 marcou um novo momento para a CNBB: formar cristãos leigos para a política – sonhando com uma nova sociedade. O processo é lento, mas promissor. Claro que aguardamos a presença de todos e todas para renovarmos os compromissos assumidos e celebrarmos a alegria do reencontro. O Papa Francisco tem insistido na importância da cultura do encontro.*

*Novidades? O Brasil está em movimentação. Para onde vamos? Depende também de cada um de nós. A complexidade da conjuntura nos deixa por vezes perplexos, no entanto, não podemos perder a teimosia da esperança que não decepciona. O Papa Francisco e nos anima com seus traços proféticos e seu bom humor.*

*Temos nova secretária – a Pietra. Muito dinâmica e com muita disponibilidade para o serviço.*

*Pe. José Ernanne Pinheiro*

*Secretário Executivo do CEFEP*

### **Cultura, tradição e religião não devem impedir direitos humanos da mulher.**



Um novo informe da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) aponta como urgente a necessidade de sensibilizar a opinião pública para a importância da igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades entre mulheres e homens, meninas e meninos, nas áreas do patrimônio e criatividade. O documento reúne, de forma pioneira, pesquisas, políticas, casos e estatísticas sobre a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher na cultura. Baseado no compromisso da Unesco de promover os direitos humanos, que inclui os direitos da mulher na vida cultural, o informe identifica algumas manifestações dessa desigualdade,

comuns a outras áreas da vida socioeconômica: participação limitada da mulher em funções de direção; segregação em certas atividades; restrição de oportunidades na formação continuada, no desenvolvimento de capacidades e na criação de uma rede de contatos.

Além disso, o desequilíbrio nos direitos entre homens e mulheres pode ser observado na desigualdade existente também no trabalho não remunerado, nas péssimas condições de trabalho, assim como na manutenção de estereótipos de gênero sobre os papéis culturalmente apropriados para cada um e uma, sem considerar, previamente, o consentimento de ambas as partes. "A ausência de estatísticas culturais separadas por gênero é um dos fatos que encobre a diferença existente entre gêneros e os desafios, aos quais dirigentes e políticos devem fazer frente", observa a Unesco. Especificamente, no âmbito cultural, a Organização aponta que as mulheres têm sofrido especial marginalização, tendo de enfrentar um grande número de obstáculos no momento de acessar, contribuir e participar, de maneira igualitária, do cinema, teatro, música, patrimônio e outras artes. "Desta maneira, elas são impedidas de desenvolver seu potencial, o que dificulta o

desenvolvimento global sustentável e inclusivo”, destaca a entidade.

"Deve-se considerar a diversidade cultural e os direitos humanos como mutuamente benéficos, sendo a igualdade de gênero requisito prévio para o desenvolvimento centrado, autenticamente, nas pessoas", explica Irina Bokova, diretora-geral da Unesco. "Em todos os esforços de desenvolvimento, devemos assegurar que nunca se invoque a cultura para justificar a violação ou limitação de direitos humanos", ressalta.

"A lição-chave é clara: devemos reconhecer as mulheres e as meninas como agentes de transformação dentro de suas comunidades e valorizar suas conquistas. Isto deve incluir as situações posteriores aos conflitos, nos quais podemos observar a liderança das mulheres na reconstrução da paz e na criação de políticas públicas equitativas", exemplifica a diretora da Unesco. Farida Shaheed, relatora especial em matéria de Direitos Humanos, designada pelo Conselho de

Direitos Humanos das Nações Unidas, explica que garantir os direitos das mulheres não quer dizer negar sua cultura, tradição ou religião, mas assegurar que estes aspectos da sociedade onde vivem sejam desfrutados em conjunto, permitindo a tomada de decisões e a criação de novos significados e práticas culturais.

"A tendência a considerar (...) a cultura como um impedimento aos direitos humanos das mulheres é uma visão excessivamente simplista", afirma. "Também é problemática porque distrai a atenção dos atores, instituições, leis e regulamentações específicas, que mantêm as mulheres subordinadas dentro dos sistemas e estruturas patriarcais", aponta Farida.

Fonte Adital

## Reforma ou ‘deforma’ política

Na noite da última quarta-feira, a Câmara Federal conseguiu a proeza de retroceder ainda mais no caminho dessa “nova” legislatura: aprovou em segundo turno a institucionalização do financiamento empresarial nas campanhas políticas. Uma triste e lamentável iniciativa que bate de frente com os anseios da sociedade em resolver a atual crise de representatividade existente nas casas legislativas do Brasil. O financiamento empresarial de campanhas é pai e mãe da corrupção. E não falo apenas da corrupção do desvio do erário, mas da corrupção de sonhos e ideais. Ou será que alguém acredita que um empresário doe R\$ 400 ou R\$ 500 mil reais para a campanha de um político porque deseja um país melhor? Claro que não. O empresário faz investimentos e espera retorno, pois essa é a natureza do capital. E esse retorno quase sempre fere de morte o interesse dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Um terrível e concreto exemplo foi o valor total doado pelos planos de saúde privado em 2014: R\$ 54 milhões superando em mais de 250% o valor doado para campanhas pelas empresas privadas de saúde em 2010. Pergunto: essas empresas da área privada de saúde doaram com qual objetivo? Certamente não foi para fortalecer o SUS. O grande mal do nosso país que deforma e macula a nossa democracia é o financiamento privado de campanhas. E falo isso depois de ter vivido um mandato parlamentar, cujos frutos muito me orgulho tais como o ficha-limpa para o Tribunal de Contas e as férias de janeiro para os professores, mas que, infelizmente, não obtivemos êxito eleitoral em função exatamente da brutal desproporção causada pelo financiamento empresarial de campanhas nas disputas eleitorais.

Espero ansiosamente que o Senado, casa revisora desse projeto que nasceu completamente torto e equivocado na Câmara, rejeite a inclusão institucional e definitiva do financiamento empresarial de campanhas na estrutura política brasileira. Só nos resta agora pressionar os Senadores para que “os negócios” não sejam misturados com a política. Caso contrário, correremos o sério risco de ver a terrível e “oficializada” transformação dos nossos parlamentares em ferozes lobistas do capital privado. Fonte IHU.

### O Centro Nacional de Fé e Política “Dom Helder Câmara”, completa 10 anos de fundação.

Para celebrar esse momento, o CEFEP está preparando um grande seminário celebrativo, onde espera reunir ex-alunos, professores, assessores e todos aqueles e aquelas que deram sua contribuição à consolidação dessa história.

**Quando? 29, 30 e 31 de janeiro de 2016. Onde? Brasília – DF** Será uma oportunidade de reencontro, partilha de vida e fortalecimento de nossas ações em favor de uma sociedade mais justa e fraterna. Venha comemorar conosco esse momento tão especial. Para mais informações envie um e-mail para, [cefep@cefep.org.br](mailto:cefep@cefep.org.br).

## CNBB publica versão ampliada do Estudo sobre Cristãos Leigos e Leigas

A edição revisada e ampliada do Estudo 107A da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) acaba de ser publicada. O texto “Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade – Sal da Terra e Luz do Mundo” foi tema prioritário da 53ª Assembleia Geral da Conferência, realizada no mês de abril, em Aparecida (SP). No evento, foi aprovado pelo episcopado como Estudo ampliado, após revisões e contribuições.

### Animar o laicato

O Estudo 107A pretende animar o laicato na eclesiais nas diversas realidades em que se método ver-julgar-agir, divide-se em três Angústias”, “O Sujeito eclesial: Cidadãos, Transformadora na igreja e no Mundo”.

Para o bispo de Caçador (SC) e presidente dom Severino Clasen, o texto busca na Igreja e na Sociedade. Dom Severino diz

do texto agradece todas as contribuições que recebeu de diferentes partes do Brasil, por leigos, bispos, padres e pessoas envolvidas.



compreensão de sua atuação como sujeitos encontram inseridos. O texto, baseado no capítulos: “O Mundo Atual: Esperanças e Discípulos e Missionários” e “A ação

da Comissão Episcopal Pastoral para o Laicato, valorizar a presença dos cristãos leigos e leigas que a Comissão encarregada pela elaboração

“Apresentamos o texto atualizado para que seja mais aprofundado e lapidado. Os cristãos leigos e leigas merecem o que há de melhor. São eles os sujeitos tanto na Igreja quanto na sociedade, dando ritmo a tudo o que existe. Eles sentem as alegrias e as dores de cada momento nesse mundo, lugar da ação consciente, autônoma e criativa do cristão”, acrescenta dom Severino.

A expectativa da Comissão Episcopal para o Laicato é que a nova versão do Estudo 107A seja estudada nas dioceses para receber novas contribuições. A proposta é que em breve seja aprovado como Documento da CNBB.

Fonte CNBB

---

## Missão das Nações Unidas constata que tortura é generalizada no Brasil

O relator da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Tortura, Juan Méndez, afirma que a prática está enraizada no Estado brasileiro e é generalizada nos presídios brasileiros. Afirma também que a tortura ocorre com especial frequência nas primeiras horas da detenção e que o país falha na investigação e no julgamento desses casos. Durante 12 dias em que esteve no país, no início deste mês de agosto, o especialista visitou presídios, delegacias, instituições socioeducativas e de saúde mental em São Paulo, Distrito Federal e em estados do Nordeste (Sergipe, Alagoas, Maranhão) – “uma área pouco coberta nas missões anteriores”, disse o relator em entrevista coletiva.

A última visita da relatoria ao Brasil aconteceu há 15 anos. A nova missão foi motivada por denúncia feita pelos organizadores de direitos humanos Conectas, Justiça Global e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, em março de 2014, no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, Suíça. O Brasil vivia, então, uma das mais graves

crises de seu sistema prisional, com pelo menos 63 mortes no período de um ano, no complexo prisional de Pedrinhas, Estado do Maranhão. “As conclusões do relator, uma das maiores autoridades neste tema no mundo, evidenciam, mais uma vez, que temos um sistema carcerário falido e que apenas contribui para violações cotidianas dos mais básicos direitos. É dever do governo brasileiro dar seguimento às recomendações que serão apontadas no relatório”, ressalta Juana Kweitel, diretora de Programas da Conectas. Sobre a desconfiança que parte da população brasileira tem sobre a necessidade de se respeitar os direitos dos presos e presas, Méndez afirma que “a pior maneira de combater o crime é permitir violações de direitos humanos porque isso gera mais violência, além de suscitar na população uma sensação de desconfiança em relação às instituições de aplicação da lei. A prevenção do crime deve se basear numa relação de confiança.

[Para ler a matéria na íntegra, clique neste link](#)

## Nota da CNBB a Favor do Brasil

A população brasileira acompanha, apreensiva, a grave crise que atinge o país, procurando conhecer suas origens, resistir às suas consequências e, sobretudo, vislumbrar as soluções. A realidade é dura e traz de volta situações que, por algum tempo, haviam diminuído significativamente como o desemprego, a inflação e a pobreza.

Pagamos um alto preço pela falta de vontade política de fazer as reformas urgentes e necessárias, capazes de colocar o Brasil na rota do desenvolvimento com justiça social quais sejam as reformas política, tributária, agrária, urbana, previdenciária e do judiciário. O gasto com a dívida pública, o ajuste fiscal e outras medidas para retomada do crescimento colocam a saúde pública na UTI, comprometem a qualidade da educação, inviabilizam a segurança pública e inibem importantes conquistas sociais.

A corrupção, metástase que atinge de morte não só os poderes constituídos, mas também o mundo empresarial e o tecido social, desafia a política a seguir o caminho da ética e do bem comum. Combatê-la deforma intransigente supõe assegurar uma justa investigação de todas as denúncias que vêm à tona com a consequente punição de corruptos e corruptores. A corrupção, gerada pela

falta de ética e incentivada pela impunidade, não pode ser tolerada.

É urgente resgatar a credibilidade da atividade política em que seja fortalecida a cultura inclusiva e democrática, pois um “método que não dá liberdade às pessoas para assumir responsabilmente sua tarefa de construção da sociedade é uma chantagem”, e “nenhum político pode cumprir o seu papel, seu trabalho, se se encontra chantageado por atitudes de corrupção” (Papa Francisco aos representantes da sociedade civil, no Paraguai, 11 de julho de 2015). A chantagem “é sempre corrupção”. Lamentavelmente, o cenário político brasileiro não está isento desta condenável prática.

É inaceitável que os interesses públicos e coletivos se submetam aos interesses individuais, corporativos e partidários. As disputas políticas exacerbadas podem comprometer a ordem democrática e a estabilidade das instituições. Garantir o estado de direito democrático é imperativo ético e político dos brasileiros, mormente dos que não viveram nem testemunharam as arbitrariedades dos tempos de exceção. O bem do Brasil exige uma radical mudança da prática política.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, através do Conselho Episcopal Pastoral-Consep, reunido

em Brasília, nos dias 25 e 26 de agosto, reafirma o diálogo e a luta contra a corrupção como meios para preservar e promover a democracia. Nesse diálogo, devem tomar parte os poderes constituídos e a sociedade civil organizada. Com o Papa Francisco, lembramos que “o futuro da humanidade não está unicamente nas mãos dos grandes dirigentes, das grandes potências e das elites. Está fundamentalmente nas mãos dos povos; na sua capacidade de se organizarem e também nas suas mãos que regem, com humildade e convicção, este processo de mudança” (Discurso aos participantes do II Encontro Mundial dos Movimentos Populares, Bolívia, 9 de julho de 2015). O Espírito Santo nos ajude a dar a razão de nossa esperança e nos anime no compromisso de agir juntos pelo bem comum do povo brasileiro.

Dom Sergio da Rocha Arcebispo de Brasília-DF Presidente da CNBB .

Dom Murilo S. R. Krieger Arcebispo de São Salvador da Bahia- BA Vice-presidente da CNBB.

Dom Leonardo Ulrich Steiner Bispo Auxiliar de Brasília-DF Secretário - Geral da CNBB.

Fonte CNBB

## Nota da CNBB sobre a descriminalização do uso de drogas

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, através do Conselho Episcopal de Pastoral, reunido nos dias 25 e 26 de agosto, declara-se contrária à descriminalização do uso de drogas. É importante a sociedade inteirar-se desta temática, pois a dependência química representa um dos grandes problemas de saúde pública e de segurança no Brasil.

O uso indevido de drogas interfere gravemente na estrutura familiar e social. Está entre as causas de inúmeras doenças, de invalidez física e mental, de afastamento da vida social. A dependência que atinge, especialmente, os adolescentes e os jovens, é fator gerador da violência social, provoca no usuário alteração de consciência e de comportamento. O consumo e o tráfico de drogas são apontados como causa da maioria dos atentados contra a vida.



A não punibilidade do porte de drogas, tendo como argumento a preservação da liberdade da pessoa, poderá agravar o problema da dependência química, escravidão que hoje alcança números alarmantes.

A liberação do consumo de drogas facilitará a circulação dos entorpecentes. Haverá mais produtos à disposição, legalizando uma cadeia de tráfico e de comércio, sem estrutura jurídica para controlá-la. O artigo 28 da Lei 11.343, ao tratar do tema, não prevê reclusão, mas a penalização com adoção de medidas de reinserção social. Consta-se que o encarceramento em massa não tem sido eficaz. É preciso desenvolver a prática da justiça restaurativa. Isso não significa menor rigor para aqueles que lucram com as drogas.

O caminho mais exigente e eficaz, a longo prazo, é a intensificação de campanhas de prevenção e combate ao uso das drogas, acompanhado de políticas públicas nos campos da educação, do emprego, da cultura, do esporte e do lazer para a juventude e a família. O Estado seja mais eficaz nas ações de combate ao tráfico de drogas.

Com a descriminalização das drogas, a crescente demanda de tratamento da parte de incontáveis dependentes aumentaria muito. A Igreja Católica, outras instituições religiosas e

particulares, por meio de casas terapêuticas, demonstram o compromisso com a superação da dependência química e recuperação dos vínculos familiares e sociais ao acolher, cuidar e dar oportunidade de vida nova a milhares de adolescentes, jovens e adultos através da espiritualidade, do trabalho e da vida de comunidade.

Confiantes na graça misericordiosa de Deus e na materna proteção da Virgem de Aparecida, conclamamos o Estado e o povo brasileiro à necessária lucidez no trato deste tema tão grave para a sociedade.

Brasília, 26 de agosto de 2015.

Dom Sergio da Rocha Arcebispo de Brasília-DF Presidente da CNBB.

Dom Murilo S. R. Krieger Arcebispo de São Salvador da Bahia- BA Vice-presidente da CNBB.

Dom Leonardo Ulrich Steiner Bispo Auxiliar de Brasília-DF Secretário - Geral da CNBB.

Fonte CNBB

## Curso de Formação Política para Cristãos Leigos/as 2016-2017



Estão abertas as inscrições para a 6ª Turma do Curso de Formação Política para Cristãos Leigos Leigas, oferecido pelo Centro Nacional de Fé e Política "Dom Helder Câmara", em parceria com a Coordenação Central de Educação a Distância da PUC-Rio (CCEAD).

O Curso tem como objetivo: Formar cristãos leigos e leigas para a missão política, favorecendo-lhes a aquisição de competência e habilitação para agir como cristãos no complexo campo da política; fomentar em nosso país um pensamento social cristão à luz do Ensino Social da Igreja e dos valores evangélicos.

Destinatários: Lideranças das comunidades eclesiais, pastorais sociais, movimentos e organismos; Participantes de organizações e movimentos sociais; pretendentes a cargos em instâncias políticas; Militância política: sindical, popular, partidária, conselhos municipais paritários e outras áreas. Critérios de participação: Identidade cristã de vivência e participação. Para obter maiores informações sobre o curso, [acesse o link: http://www.cefep.org.br/curso](http://www.cefep.org.br/curso)

Fonte: CEFEP

### Acesso o site do CEFEP

[www.cefep.org.br](http://www.cefep.org.br)

Aí você encontrará documentos e artigos atuais e importantes relacionados à temática Fé e Política

### Expediente

Centro Nacional de Fé e Política "Dom Helder Câmara"  
Secretaria: Av. W5 Norte SGAN Quadra 905 Lote C  
Cep: 70790-050 Brasília-DF  
Fone/fax: (61) 3349 4623  
e-mail: [cefep@cefep.org.br](mailto:cefep@cefep.org.br)  
Elaboração: Pietra Soares  
Revisão: Pe. José Ernane Pinheiro